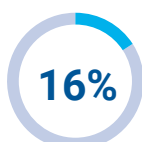


# Plataformas *online* e trabalho nas plataformas Portugal

- ✓ ✗ Definição juridicamente vinculativa das plataformas *online*
- ✓ ✗ Registo específico de plataformas *online*
- ✓ ✗ Regulamentação específica aplicável às plataformas *online*
- ✓ ✗ As plataformas *online* são consideradas empregadores

A Lei nº 45/2018, usualmente conhecida como «**Lei da Uber**», define uma plataforma eletrónica fazendo referência aos serviços de transporte de passageiros como plataformas que «organizam e disponibilizam aos interessados a modalidade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados». A lei rege também a situação profissional dos trabalhadores individuais das plataformas e introduz uma presunção de emprego.



Com base no inquérito COLLEEM, **quase 16% dos utilizadores adultos de Internet em Portugal já prestaram serviços através de plataformas.**

## TOP 5

Os trabalhadores portugueses estão no «**Top 5**» na **prestação de serviços digitais** em áreas como as tecnologias criativas e de multimédia, a tradução e a programação, para plataformas como a Upwork e a Freelancer.

**O número de mulheres e de homens que trabalham pelo menos 10 horas por semana em plataformas é aproximadamente o mesmo.** Contudo, a proporção de género depende do setor, sendo os transportes e as entregas dominados por trabalhadores do sexo masculino.



Uber

Glovo

Uber Eats



Bolt Food



cabify

**O mercado é dominado por plataformas internacionais nos setores em crescimento do transporte e da entrega de comida.**

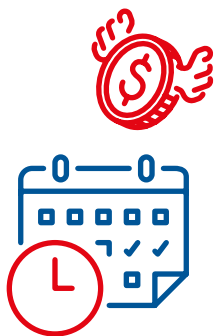
As plataformas *online* mais populares que operam atualmente em Portugal são a **Uber**, a **Glovo** e a **Uber Eats**, embora outras plataformas, como a **Bolt**, a **TakeAway** e a **Cabify**, também já tenham entrado no mercado português.



Uma das plataformas portuguesas, a **EatTasty**, está em funcionamento desde 2016. A plataforma também penetrou com êxito no mercado espanhol.



A supremacia crescente do trabalho a partir de plataformas em Portugal tem sido amplamente atribuída ao declínio económico resultante da crise financeira. **Devido às elevadas taxas de desemprego, muitas pessoas começaram à procura de fontes alternativas de rendimento.**



Estudos qualitativos sugerem que os trabalhadores das plataformas **enfrentam condições de trabalho precárias** caracterizadas por longas horas de trabalho e rendimentos imprevisíveis. Por exemplo, os novos trabalhadores da Upwork têm de investir mais tempo e esforço antes de receberem uma remuneração adequada pelo seu trabalho. Alguns trabalhadores afirmam terem esperado dois anos até conseguirem receber um salário digno. Muitos motoristas trabalham para várias plataformas ao mesmo tempo. Alguns motoristas da Uber utilizam a Bolt ao mesmo tempo para conseguirem mais clientes e consequentemente terem mais rendimento. O mesmo se aplica aos trabalhadores da Glovo, que também utilizam a Uber Eats.



**Na esfera pública, a economia das plataformas está a ser debatida sobretudo no contexto da «Uberização» de diferentes setores e do futuro do modelo social português.**

Alguns legisladores manifestaram-se a favor da introdução de uma «terceira via» que poderia criar um estatuto intermédio entre o trabalho por conta de outrem e o trabalho por conta própria, para acabar com o problema generalizado dos «falsos recibos verdes». O O partido político Bloco de Esquerda apresentou uma proposta preliminar de alterações ao Código do Trabalho. No entanto, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e a principal confederação empresarial portuguesa manifestaram de imediato a sua oposição a esta proposta.

O governo tem estado a debater a “Agenda do Trabalho Digno” com os partidos políticos e com os parceiros industriais na sequência da publicação do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho, que também inclui disposições relativas à inteligência artificial (IA) no local de trabalho.



**Em Portugal, não existem convenções coletivas a nenhum nível, que abranjam os trabalhadores das plataformas.**

O Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal (STRUP) fez progressos significativos nos seus esforços para representar os motoristas da Uber, apoiando negociações, manifestações e greves no país.

A Associação Precários Inflexíveis também tem defendido ativamente no Parlamento, legislação para melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas.

Os sindicatos da restauração e do setor alimentar do Norte e do Sul fizeram algumas tentativas para organizar uma campanha de informação no setor da entrega de comida, embora, até agora, a mobilização se tenha revelado muito difícil.

Muitos trabalhadores recorrem a canais de apoio informais. Existem grupos do Facebook e do WhatsApp, por exemplo, que prestam apoio sobre diferentes assuntos laborais a muitos trabalhadores das plataformas em Portugal.